

## **FARRA COM DINHEIRO PÚBLICO NA SELEÇÃO DOS(AS) PROFESSORES(AS) PSS**

O Processo Seletivo Simplificado (PSS) - regulamentado pela Lei Complementar n°. 108/2005, dispõe sobre a contratação de servidores(as) para atendimento de situações emergenciais. Mas na educação paranaense, o estado tem utilizado esse recurso há anos e de forma permanente, ao invés de realizar concurso público de acordo com as vagas reais. A partir de 2020, foi implantado prova pelo então secretário Renato Feder e por Ratinho Jr. (PSD). Esse processo continua com gastos milionários por parte do governador e com aval do atual Secretário de Educação Roni Miranda. A prova em 2020 foi realizada pelo CEBRASPE e as demais pelo Instituto Consulplan. Vamos aos números.

Com o edital 047/2020 que custou R\$ R\$ 3,5 (três milhões e quinhentos mil reais) e alterou os critérios de seleção de professores(as), obrigando-os(as) a fazer prova presencial em plena pandemia, quando milhares de vidas foram perdidas diariamente em todo o país, a falta de professores(as) se acentuou, pois muitos(as) ficaram de fora, por pertencimento ao grupo de risco da COVID-19, ou por eliminação mediante burocracias impostas pela Secretaria de Educação e Esporte - SEED. Em 2021 houve nova seleção de professores(as) PSS por meio do edital 051/2021 – de forma complementar com o gasto de R\$3 (três milhões de reais) aos cofres públicos por parte do governador Ratinho Jr. (PSD). Detalhe que com todo esse gasto no processo seletivo, basicamente não houve contratação dos(as) selecionados(as), pois mediante prorrogação, já estavam contratados pelo edital 047/2020.

Com o Edital 030/2022, para se realizar as provas objetivas e didáticas, os valores gastos aumentaram com o custo de R\$5,7 (cinco milhões e setecentos mil reais). Uma dinheirama para selecionar profissionais que em sua grande maioria já atuam há anos na educação do estado. Além do mais, o que já era ruim ficou ainda pior, pois em 2022 foi inserido no processo a etapa de prova prática – tendo como desdobramento, a gravação de um vídeo no YouTube.

Com o encerramento dos contratos vigentes e novo processo seletivo para o ano de 2025, foi publicado despacho no Diário Oficial do Estado com dispensa de procedimento licitatório, a autorização para contratação direta do Instituto Consulplan com um gasto de mais de R\$ 5,360 (cinco milhões e trezentos e sessenta mil reais). Sem nenhum debate com a categoria e o sindicato, o edital deverá ser publicado nos próximos dias. Os processos seletivos de 2021 e 2022, também foram realizados com dispensa de licitação. Os valores gastos por Ratinho Jr. (PSD) e o repasse do dinheiro público às empresas privadas para realização do processo seletivo são absurdos. Somando todos esses valores com as provas nesses últimos anos, bem como, com o previsto para 2025, temos um montante de mais de R\$17,5 (dezessete milhões e quinhentos mil reais) de gastos. Além do mais, não há transparência na realização do processo, pois não se tem informações da publicação da movimentação financeira em relação à arrecadação, ou seja, quais são os valores e para quem, ou para aonde vai o dinheiro arrecadado com as taxas de inscrição? Por que Ratinho Jr. (PSD) insiste em dar tanto dinheiro às empresas privadas com contratos milionários? Trata-se de favores políticos? Por que os processos licitatórios têm sido dispensados? Uma vez que insiste nesse processo, por que não envolve as

Universidades Públicas. Por que não investe o dinheiro na realização de concurso público? A quem interessa a privatização?

De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC, que realizou o último concurso para professores(as) no estado (edital 011/2023), o gasto foi de R\$ 8.385.080,00 (oito milhões trezentos oitenta e cinco mil e oitenta reais). Ou seja, comparando com os valores gastos nas provas do PSS o governo Ratinho Jr. poderia realizar dois concursos públicos e ainda sobraria dinheiro. Foram mais de 13 mil professores(as) aprovados(as) no concurso e até o momento menos de 3 mil pessoas foram chamadas para assumir os cargos efetivos. Considerando que atualmente na rede estadual tem mais de 30 mil professores(as) contratados(as) temporariamente, para além da convocação de todos(as) aprovados(as) no último certame, novos concursos precisam ser realizados com urgência.

Desde a implantação da lei 108/2005, a seleção dos(as) docentes era feita com base nos títulos acadêmicos e tempo de experiência na função apresentados por cada candidato(a), sem nenhum custo para o estado, bem como sem taxa de inscrição. A realização de prova no PSS, até o presente momento, não resultou em melhorias para a qualidade do processo, bem como para a educação pública. Os problemas continuam com atrasos na contratação e atrasos de salário no início do ano; a não inclusão dos(as) profissionais PSS no sistema de saúde dos servidores no estado; sem remuneração pela maior titulação; sem a contagem de tempo de serviço das(os) professoras(es) que trabalharam pelo menos 3 (três) anos, com contratos PSS com dedicação exclusiva e acréscimo de jornada, na primeira promoção e progressão, mesmo em estágio probatório, bem como, para quinquênio e anuênio, quando aprovados(as) em concurso público do estado; sem direito a afastamento para tratamento de saúde ou no caso de muitas mães com filhos(as) em tratamento médico, não têm direito a atestado de acompanhante entre outras questões.

Em 2024, mesmo com a prorrogação dos contratos de 2023, por desorganização da SEED na distribuição de aulas e suprimentos, houve atraso nos pagamentos de salários, bem como do  $\frac{1}{3}$  de férias dos(as) profissionais PSS. Após diversas cobranças da APP, inclusive com mediação junto ao Ministério Público do Trabalho, o  $\frac{1}{3}$  só foi pago em folha complementar na segunda quinzena de abril. O atraso nas contratações, além de prejudicar os(as) profissionais em questões salariais, também traz implicações pedagógicas às escolas que iniciam o ano letivo sem professores para ministrar aulas.

Nesse sentido, o modelo de seleção imposto pela SEED somente impôs dificuldade aos participantes, bem como reforçou a carência de professores(as) nas escolas, pois mesmo após a realização das provas, houve a abertura de diversos editais de processos simplificados, com a seleção a partir de títulos referente à escolaridade, aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, de caráter classificatório de responsabilidade da SEED, para suprir a demanda de professores(as) nas escolas. Diversos editais ocorreram de forma simplificada, a saber: em 2020 tivemos os editais 71 e 07/2020. Em 2021 houve a abertura do edital 19/2021. Em 2022, foram publicados os editais 50 e 70/2022. Em 2023 foi publicado o edital 78/2023 e em 2024 o edital 10/2024.

Há que se destacar também que o Instituto Consulplan tem recebido valores milionários para a realização do processo, mas o atendimento aos candidatos(as) têm sido péssimo, desde a abertura das inscrições. Nos últimos processos realizados foram milhares de reclamações e recursos que sequer foram

atendidos pela banca. No entanto, é notório que não há nenhuma preocupação com a melhoria do processo seletivo por parte de Ratinho Jr. (PSD), Roni Miranda e de empresários. Afinal, com o projeto neoliberal instaurado na Secretaria de Educação só se quer o lucro e cada vez mais avançam para abocanhar o dinheiro público. Na verdade, trata-se de uma verdadeira ofensiva ultraliberal e autoritária da dupla Ratinho e Roni que usa o PSS para doar o dinheiro público da educação para os empresários.

A APP-Sindicato reafirma o compromisso na defesa dos(as) profissionais PSS, questiona o modelo de seleção imposto pela SEED e solicita que o tema do novo edital seja debatido em reunião urgente. Seguiremos na luta e denunciando o festival de meritocracia e a farra com o dinheiro público promovido pelo governador Ratinho Jr. (PSD) e pelo Secretário de Educação Roni Miranda à custa da saúde física, mental e financeira dos(as) educadores(as) e da população paranaense. A luta coletiva é fundamental. Vamos mobilizar todos e todas para fazer denúncias em relação aos gastos excessivos na contratação de empresas que só querem o lucro e que têm precarizado a seleção de professores(as). Vamos defender a educação pública dizendo não à venda das escolas e o lucro para empresários. Somente com profissionais valorizados e investimento na escola pública, outra educação é possível.

**Somos profissionais e exigimos respeito! Prova é para Concurso Público.**

Curitiba, 08 de julho de 2024.

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PSS DA APP-SINDICATO  
COLETIVOS REGIONAIS DE PSS**